

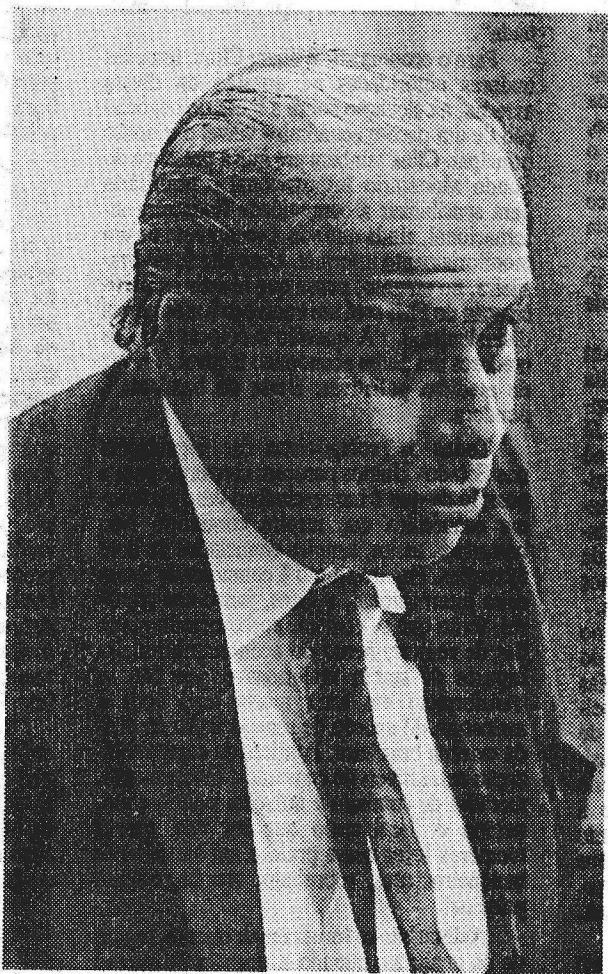
Governo não tem plano contra recessão



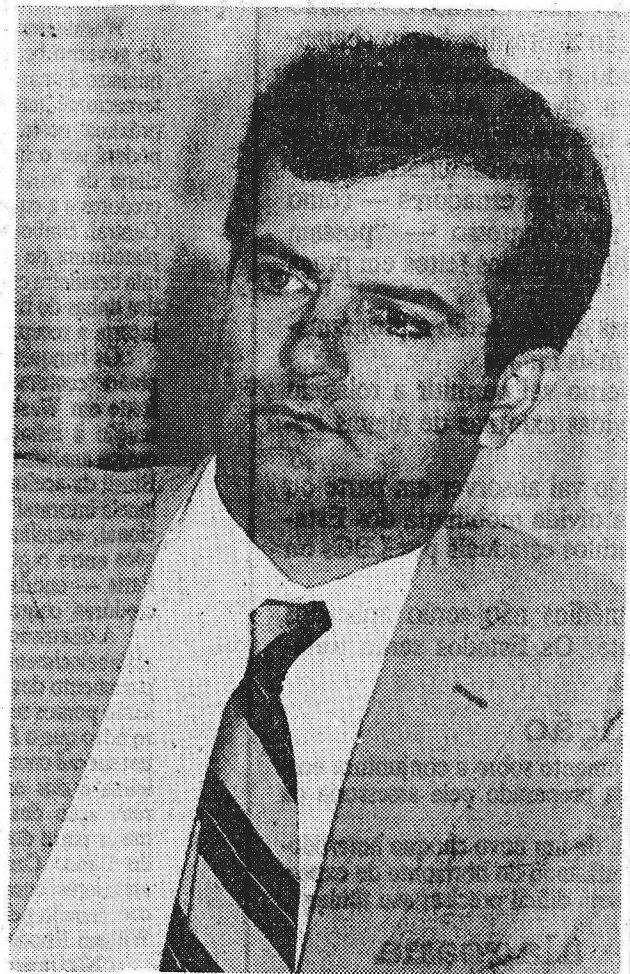
A falta de um plano consistente para enfrentar as dificuldades atuais da economia brasileira foi o alvo principal das críticas dos economistas reunidos por este *Balanço Mensal*. O ex-ministro Mário Henrique Simonsen ironiza a situação e diz que o momento lembra a história do computador que em lugar de memória tem uma vaga idéia. A economia brasileira vai navegando em águas turvas e o timoneiro, certamente, não sabe por onde está indo.

Essa imagem é constantemente lembrada pelos economistas, que vêem nos indicadores os primeiros indícios de recessão. O professor da Puc carioca, Rogério Werneck observa que o nível de perplexidade dentro da economia não pode continuar por mais tempo sem provocar consequências danosas. O próprio Werneck acha que está ocorrendo no Brasil uma espécie de sebastianismo: ninguém está fazendo nada. Mas para a sensação de que alguém está fazendo e a qualquer hora vai aparecer com um plano maravilhoso.

As últimas medidas do governo na área do comércio exterior são objeto de intensa controvérsia. O empresário Márcio Fortes, presidente do BNDES, sustenta que a iniciativa visa centralizar as decisões de comércio exterior. Simonsen crê que as justificativas são boas, mas admite que as medidas são de difícil operação. Edmar Bacha identifica no discurso do governo uma contradição entre a política assumida e ação da máquina administrativa.



Simonsen exige do governo um plano que seja pelo menos consistente do ponto de vista lógico



Márcio Fortes, bastante otimista, acredita que se dá importância demasiada às medidas do Concec

MORATÓRIA

“O governo não tem plano consistente”

Bacha — Esse ponto que o Mário levantou chama a atenção para uma questão social. Eu pergunto o seguinte: estamos atrás de um plano que seja apenas uma declaração de intenções, como foi o Plano de Metas do ano passado? A instrumentalização de um plano depende em primeiro lugar de uma vontade política. Este governo tem condições e recursos para formular um plano que não seja uma mera declaração de opções, do tipo “estamos contra a recessão, contra o arrocho salarial, e a favor de tudo o que é bom”. O problema é que é difícil para o governo fazer isso na situação em que estamos, dada a necessidade de buscar um novo caminho para a negociação da dívida. Para sustentar esse novo caminho, nós temos que fazer uma política econômica que é fundamentalmente restritiva. Ou seja, a única maneira de você acumular suficiente volume de reservas para enfrentar uma longa e tortuosa negociação para mudar a natureza do processo de administração da dívida externa como um todo. O ministro Funaro disse isso e o PMDB apoiou. Para isso, nós precisamos recompor a nossa capacidade de reservas. Com a situação que se desenhava em termos do balanço de pagamentos, a única maneira de se fazer isso é que o superávit seja, não de 8 bilhões de dólares, mas próximo de 12,5 bilhões de dólares. Então, nós temos que ter um compromisso claro de que, para nos fortalecermos diante do setor externo, vamos ter que gerar um megasuperávit. Ou então a outra alternativa é a seguinte: o governo dizer “não vamos produzir esse megasuperávit porque para isso vamos ter que fazer recessão”.

Cesar Maia — O país precisa ter um cronograma. A situação é muito mais grave do que se tem dito. Diante disso, não há como você ter uma proposta global. Você tem que começar a arrumar para reduzir variáveis e aumentar as constantes. O governo tem que começar por ele mesmo. Se o governo deixar de ser uma variável permanente já é um grande avanço. Recessão é inexorável. A proposta da indexação total da economia é de difícil execução. Principalmente pelo lado do realinhamento dos preços. Como fazer? Em segundo lugar, acho que é inevitável a produção de superávits comerciais

grandes para retomar a normalidade das relações com os exterior. E a partir disso trazer a renegociação para produzir menores saldos comerciais. A grande questão agora é administrar. E subjacente a tudo isso está a questão política. O presidente não tem autoridade, e nem tampouco os ministros, para conduzir esse processo. É necessário eleições diretas.

Simonsen — Eu acho que o Bacha resumiu muito bem o problema da moratória. O que o governo tem como idéia é fundamental inconsistente do ponto de vista lógico. Quer dizer, a moratória presumidamente foi decretada para que não houvesse recessão. E a coisa que nós sabemos é que o resultado da moratória é administrar a recessão. A primeira coisa que o governo precisa fazer a respeito de todos os problemas é ter um plano que seja consistente do ponto de vista lógico, que não prometa que todas as coisas boas vão acontecer e no qual ele tome ações que são exatamente contrárias aos seus objetivos explícitos. É claro, o problema da moratória foi colocado em dois níveis. O primeiro foi o da incapacidade de continuar pagando integralmente os juros da dívida. Até aí essa postura poderia ser objeto de uma negociação convencional. Mas o Brasil anunciou que deseja mudar as regras do jogo da negociação da dívida. Mas o problema todo é o seguinte: qual é a proposta concreta que o Brasil tem para levar? Eu não sei como mudar os sistemas atuais. É a capitalização parcial dos juros? Quem arbitra e em que percentual vai ser capitalizado? O Brasil se recusa, por princípio religioso, a qualquer monitoramento do FMI. Vai apresentar um plano a quem? Aos banqueiros? Mas são 700 banqueiros. Não tem sentido também apresentar plano aos governos credores. Então, necessariamente, tem que ir para um mecanismo internacional. Isto me lembra um pouco o enxadrista que não está satisfeito com a sua performance no tabuleiro e por isso acha que movimento do cavalo devia ser diferente do que é. Então se sugere um outro tipo de movimentação de peças. Eu não vejo nada disso.

AS MEDIDAS DO CONCEX

“Em vez de memória, só uma vaga idéia”

Márcio Fortes — É curioso como a História volta. Em setembro ou outubro de 79 reinventaram o Concec. E de vez em quando se lembram de que ele existe. A iniciativa atual é uma tentativa de centralização nas ações de comércio exterior, que realmente é uma das grandes barafundas no país em termos administrativos. Todos os Ministérios se metem no comércio exterior. A ordenação, portanto, é um ponto inicial para qualquer conversa. Eu imagino que, desta vez, é bom a gente ser otimista e mais uma vez acreditar nas coisas.

Mário Henrique Simonsen — Márcio, essa história toda está me lembrando muito a história daquele computador muito inteligente que, em vez de memória, tinha uma vaga idéia (risos). A idéia-chave para evitar o raciocínio de importações essenciais num momento em que você tem uma crise cambial é a de usar o mercado como taxas flutuantes. O problema é o seguinte: como vai operacionalizar isso? Quais são as restrições do Banco Central? Quais as instituições? Quais os procedimentos? É claro que importar alguma coisa sem cobertura cambial tem que ter um documento qualquer de entrada para a sua confiabilidade. Isso vai ser feito como? Legalizando o mercado negro, criando uma terceira taxa de câmbio, que poderia ser um câmbio oficial mais um câmbio flutuante, que eventualmente a terceira taxa seria a mesma da atual. Como é que isso vai ser operacionalizado?

Rogério Werneck — Mas isso pode ter consequências complicadas. Se o mercado for estreito e você canalizar, vamos dizer, 2 bilhões de dólares de demanda de importação, nesse mercado, Deus sabe o que é que vai acontecer com a taxa de juros.

Simonsen — Se esse mercado for legalizado o Banco Central pode transferir recursos de um mercado para outro.

Rogério Werneck — Sim. Mas aí do ponto de vista de ajudar a restrição de divisas não vai ser melhor.

Simonsen — Nós estamos discutindo como o computador que tinha vaga idéia e não uma memória. É importante a regulamentação disso.

Edmar Bacha — A idéia é que vai haver um incentivo. Uma firma X está com um problema de falta de componente. Precisa importar para continuar produzindo.

Aí entra na fila da Cacex e não sai nada. A alternativa que tem, e não tinha antes, é de buscar componentes que vem da

matriz. Mas a única maneira de internalizar isso era como capital de risco que a matriz não podia nem fazer. Agora, dada a regulamentação que vamos ter, há a possibilidade de se compatibilizar a entrada desse componente como custo da subsidiária.

Cesar Maia — Bacha, tem uma outra questão, que é grave. É a estrutura de preços relativos. Algumas empresas vão importar e a câmbio oficial, enquanto outras vão importar via câmbio livre. Isso significa que os custos vão ser diferenciados porque alteram a estrutura de preços relativos. O critério de você dizer o que poderá ser importado via câmbio oficial e por câmbio negro é muito complicado.

Simonsen — Só pode ser por fora. Só pode ser da seguinte maneira: ou uma lista que será pelo câmbio livre e outra pelo câmbio oficial. Ou então haveria quotas para cada empresa e produtos.

Rogério Werneck — Estamos fazendo uma desvalorização velada. Não há como fugir a isso. O efeito disso é uma desvalorização sobre a qual o governo não tem nenhum controle. Eu não saberia dizer qual vai ser o impacto inflacionário disso.

Edmar Bacha — Mas, espera aí, você supõe que o impacto inflacionário já está aí. Ou seja, ao você não dispor do produto, é mais caro...

Werneck — Vai haver uma desvalorização velada.

Simonsen — Vamos supor uma firma brasileira cujo dono tenha produtos lá fora. Como é que você vai internar esses recursos? No decreto, eu não vi nada a respeito disso. Como é que isto se cobra? **Bacha** — Provavelmente vai ter um dólar de referência.

Werneck — No caso da firma que tem dinheiro fora, era muito mais sadio, do ponto de vista de balanço de pagamentos, a anistia fiscal deixar entrar como investimento.

Márcio Fortes — Não vai.

Werneck — Então, pára a fábrica. A hipótese, por trás dessa idéia, não vai funcionar. Como é que vão entrar 100 mil dólares que estão lá fora para comprar as peças que estão paradas na fábrica dele? O ideal seria deixar isso entrar como investimento da empresa.

PLANO INTERNO

“Um sebastianismo está ocorrendo na economia”

Simonsen — Voltamos mais uma vez àquela questão do computador. Quem falou em plano foram o Pêrsio e o André. E foram eles também os primeiros a desmentir. O Castello (Carlos Castello Branco) diz que eles são inocentes. Disseram que não tinham plano nenhum. Cada um fez uma folha de papel, possivelmente com idéias básicas, tipo cortar os subsídios ao trigo, colocar preços realistas para as estatais, cortar o déficit fiscal...

Werneck — Acho que está ocorrendo uma espécie de sebastianismo na política econômica. Ninguém está fazendo nada, mas deve estar alguém fazendo, escondido deve ter alguém fazendo e a qualquer momento vai aparecer com um plano maravilhoso. A única explicação para esses boatos sobre o Pêrsio e o André ganharem essa dimensão é exatamente isso. É a acefalia a nível da formulação da política econômica.

Simonsen — As estimativas ainda são muito preliminares para que possamos constatar uma recessão. Mas já temos indícios no comércio de quedas de vendas muito altas. É o retrato de uma crise muito forte, que começa agora a chegar na indústria. Provavelmente, você terá no atual ano os seguintes fatos: uma oferta muito grande de produção agrícola, por obra e graça de São Pedro; no comércio e na indústria, a meu ver, provavelmente, uma queda de produção. Quais as causas? Há pelo menos quatro causas para isso. Causa número 1, houve realmente uma queda de salários reais com a retomada da inflação e, ainda que se engatilhe todos os salários no fim do mês, vamos ter que virar alguns dias pelo menos no mês seguinte, já faz com que a subida da inflação de 1% ou 2% ao mês para 15% ao mês te leve a uma compressão de salários reais. Número 2, é preciso não esquecer que as pessoas compraram em quantidades extremamente elevadas antecipando uma alta de preços. O terceiro problema é o fato de que o Imposto de Renda vai nos tirar mais dinheiro a partir de 15 de abril. E o quarto fator, aí do lado da oferta, é questão cambial. A restrição cambial leva primeiro a problema de a indústria ficar paralisada por falta de equipamentos importados. Isso leva a própria exportação a perder fôlego

por falta de boas condições de crédito a serem oferecidas ao exportador lá fora.

Werneck — Eu acho que neste momento a idéia da necessidade de um plano é

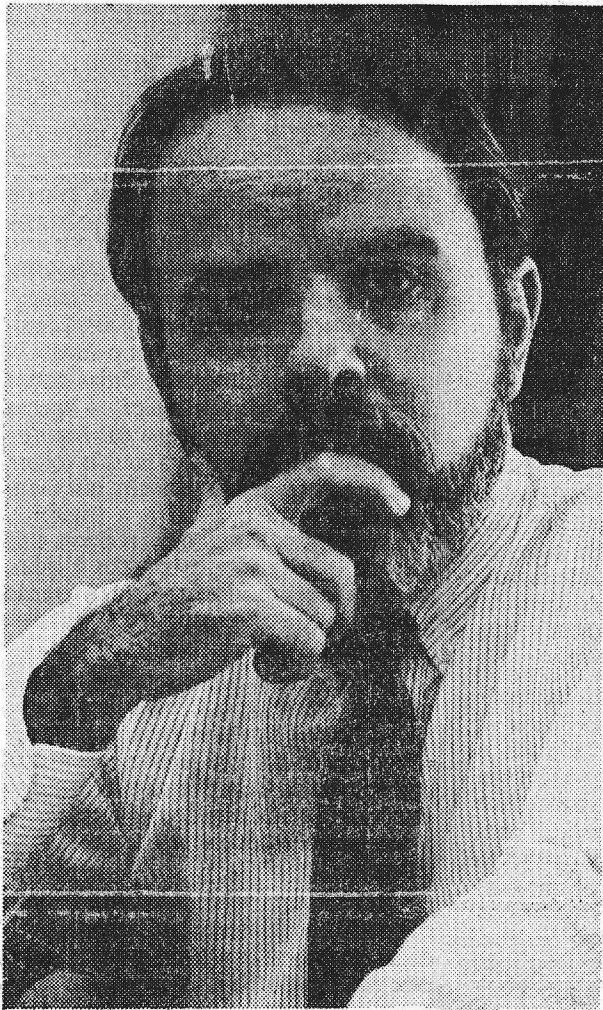
muito mais importante para consumo interno do que para consumo externo.

Simonsen — Para ambos. **Werneck** — Certamente. Mas o nível de perplexidade dentro da economia não pode continuar mais tempo sem consequências absolutamente danosas. Ninguém pode fazer plano nenhum porque não se sabe o que o governo vai fazer. Quem é que vai investir numa situação dessas? O próprio plano de consumo das pessoas está sendo afetado por isso. As pessoas estão sendo muito mais cautelosas no consumo porque não sabem o que é que vai acontecer. Não existe uma política de rendas. As negociações coletivas estão absolutamente selvagens.

Cesar Maia — O pequeno comércio está vivendo uma situação caótica. Eles alegam que foram induzidos a trabalhar com taxas de lucros muito pequenas e com um volume enorme de vendas. Para isso, precisaram de capital de terceiros cujo custo era barato. Na hora que tiveram que renovar depois de outubro, renovaram por vinte vezes mais e ficaram estrangulados financeiramente. Eu acho que a recessão passou a ser a lógica da saída desse processo.

Werneck — Parece que estamos entrando numa recessão sem nenhum controle. E, atualmente, dada a total falta inclusive de informação do próprio governo sobre o que está acontecendo na administração das contas públicas, a situação é ridícula. O governo não sabe o tamanho da recessão que ele está gerando. Ele está entrando absolutamente no escuro dentro desse processo. Do ponto de vista interno, antes de mais nada, o governo devia começar a montar uma política de rendas, por mais complexo que isso seja. Isso pode ser feito através de uma ordenação mínima da questão da política salarial e de critério de aumento de preços.

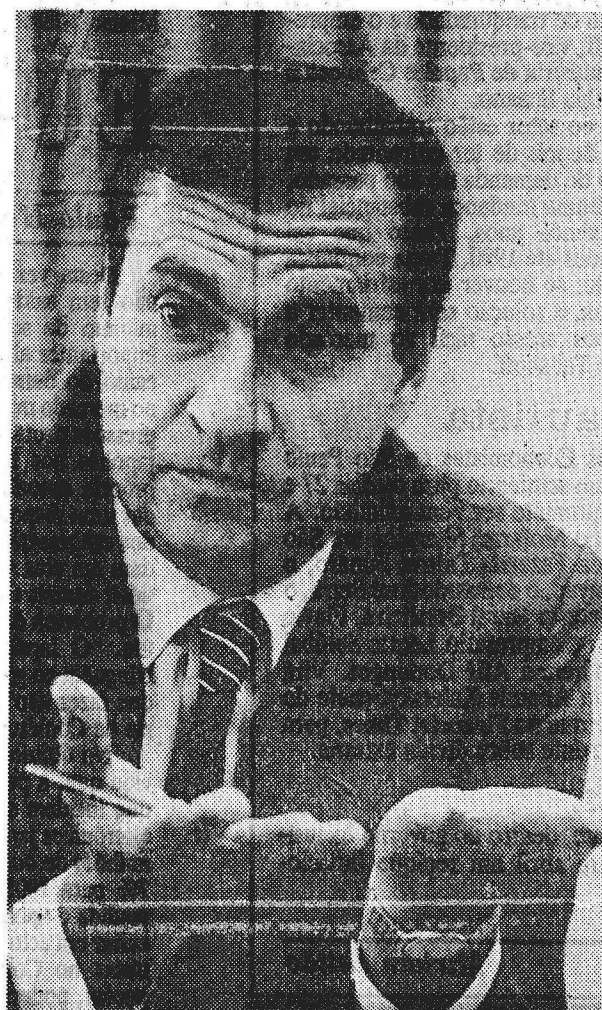
Simonsen — Indexar a economia neste momento até seria viável se a gente tivesse uma certa liberdade de ajuste de preços relativos, mesmo que se tivesse uma máxí adequada para determinar preços cívicos. Tudo isso, desde que se tomasse o cuidado de não levar a indexação ao extremo da proposta original que indexava até depósitos à vista. Se nós começarmos a indexar tudo que existe, vamos provavelmente repetir aí a experiência da Hungria que em 1946 teve a inflação mais espetacular da história da economia, onde os preços subiram durante um ano por um fator de 10 elevado a 27, ou seja, um septilhão de vezes (risos).



Rogério Werneck afirma que se procedeu a uma desvalorização velada da moeda, sobre a qual o governo não tem qualquer controle e influência



Edmar Bacha pergunta se o governo tem condições de formular um plano que não seja mera declaração de opções, a favor de tudo o que é bom.



Cesar Maia acha que a situação é muito mais grave do que se tem dito. Pede que o governo comece a arrumar as coisas a partir dele mesmo.